



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAITABA - BA

Terça-feira – 26 de Março de 2019 – Ano III – Edição nº 41

Esta edição encontra-se disponível no site www.diariooficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Ubaítaba publica:

- RESOLUÇÃO Nº 001/2019
- EDITAL Nº 001/2019



Imprensa Oficial
UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE.

Acompanhe!



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAITABA – BA

Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social e Trabalho do
Município de Ubaitaba

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ubaitaba-
CMDCA

RESOLUÇÃO N°. 001/2019

Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Ubaitaba.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ubaitaba - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções ns.º 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e, a Lei Municipal n.º 1.147/2013, que revoga as Leis Municipais ns.º 875/1993, 936/1997 e 1.068/1997, **TORNA PÚBLICO** o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio **2020/2024**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este Edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ubaitaba.

1.1.1 - A Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução n.º 001/2019, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.2 - O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Ubaitaba, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

1.3 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

1.3.1 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas nos arts. 18-B, parágrafo único, 90, § 3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.



1.4 - DA REMUNERAÇÃO

1.4.1 - O membro do Conselho Tutelar, no regular exercício de suas atribuições, faz jus ao recebimento pecuniário mensal inicial fixada em 02 (dois) salários mínimos vigentes, a título de cargo em comissão denominado valor comissionado consignado em folha de pagamento do município.

1.4.2 - Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

- I - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

1.5 - DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR E EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

1.5.1 - Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 38 da Lei Municipal n.º 1.147/2013 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.

1.5.2 - O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA:

2.1 - O cidadão que desejar candidatar-se à função de membro do Conselho Tutelar deverá atender as seguintes condições:

- I - Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes "nada consta" fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia;
- II - Ter idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;
- III - Residir no município há pelo menos 02 (dois) anos, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz ou telefone fixo ou título de eleitor;
- IV - Comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino Médio, até o dia da posse;
- V - Estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



VI - Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII - Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.

VIII - Comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da criança e do adolescente, em declaração firmada pelo candidato, por meio de formulário próprio, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou jurídica) e o período de atuação, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA. Para efeito deste Edital, considera-se como experiência as atividades desenvolvidas por:

- a) Professores, especialistas em educação (pedagogos), diretores e coordenadores de escola, bibliotecários e auxiliares de secretaria.
- b) Profissionais do Programa Estratégia Saúde da Família, auxiliares de enfermagem.
- c) Profissionais da assistência social, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros que atuam em Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;
- d) Empregados ou voluntários de entidades não governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na defesa dos direitos desse segmento, como por exemplo, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igrejas, Associações de Bairros.
- e) Os documentos apresentados devem ser comprovados, através de: Ata de Fundação da Igreja, Posse do Pastor, contracheques, ou outros documentos.

3. DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital.

3.2 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, bem como nos demais locais indicados neste Edital, para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispendo sobre:

- a) Inscrições e entrega de documentos;
- b) Relação de candidatos inscritos;
- c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
- e) Dia e locais de votação;
- f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
- h) Termo de Posse.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



4. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo de escolha, tais como se acham definidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento;

4.2 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de membro do Conselho Tutelar.

4.3 - As inscrições ficarão abertas no período de **08h00min às 14h00min** horas do **dia 02 de abril de 2019** ao **dia 30 de abril de 2019**.

4.4 - As inscrições serão feitas no endereço no antigo Colégio Osvaldo Cruz Centro Ubaítába.

- a) A inscrição será feita pessoalmente ou por meio de procuração com firma reconhecida em cartório.
- b) Preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;
- c) Apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;
- d) Apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste Edital;
- e) Em relação ao item 2.1, número I, a critério da Comissão Especial Eleitoral, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local;

4.5 - A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição;

4.6 - A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados;

4.7 - É inelegível e está impedido de se inscrever no processo de escolha unificado o candidato que:

- a) Tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2019;

A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítába - BA.



Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Promoção Social e Trabalho - SEAST e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, com cópia para o Ministério Público.

5. DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

5.1 - A prova de conhecimentos versará sobre a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atualizada pela Lei Federal nº 12.696/2012, a Lei Municipal n.º 1.147/2013 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e o Regimento Interno do Conselho Tutelar.

5.2 - A prova de aferição de conhecimento avaliará a capacidade de interpretação do texto legal.

5.3 - A prova constará de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas para cada questão, sendo cada questão no valor de 0,5 (meio) ponto, no total de 10 (dez) pontos.

5.4 - O candidato terá 02 horas para realizar a prova.

5.5 - A prova será realizada no dia **10/07/2019** com início às 08 horas com término às 10 horas no endereço no Centro Educacional Ubaitabense – CEU, localizado na rua Asclepiades Almeida, s/n, Centro, Ubaitaba – Ba., CEP: 45.545-000.

5.6 - Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Especial Eleitoral publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

5.7 - É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o Edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

5.8 - Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

5.9 - No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

5.10 - Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.



5.11 - Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito ou por meio eletrônico.

5.12 - Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

5.13 - O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.14 - A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Especial Eleitoral. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

5.14.1 - Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante. O gabarito será divulgado pela Comissão Especial Eleitoral em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Promoção Social e Trabalho e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

5.14 - Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60 % da pontuação total atribuída à prova.

5.15 - A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social e Trabalho, Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, e constará o dia, local e horário em que cada candidato será submetido à avaliação psicológica, com cópia para o Ministério Público, conforme Cronograma de eventos anexado a este Edital.

6. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

6.1 - A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de membro do Conselho Tutelar.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



6.1.1 - Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do candidato para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições do Conselho Tutelar previstas na Lei Federal nº 8.069/90 e legislação municipal em vigor.

6.1.2 - De acordo com a cartilha “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, ano 2007, os membros do Conselho Tutelar devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.

6.2 - A avaliação psicológica será realizada no dia **21/07/2019**, no Centro Educacional Ubaitabense – (Colégio CEU), localizado na rua Asclepiades Almeida, s/n, Centro, Ubaitaba – Ba., CEP: 45.545-000, observando o horário previamente agendado para cada candidato, conforme mencionado no item 5.15 deste Edital.

6.3 - Em hipótese alguma, haverá avaliação fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as avaliações.

6.4 - Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação no horário e local indicados.

6.5 - O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “APTO” ou “INAPTO”.

6.6 - Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão requerer, por escrito, cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

6.7 - A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social e Trabalho e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, e constará data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Especial Eleitoral que autorizará o início da campanha eleitoral, com cópia para o Ministério Público.

7. DA ELEIÇÃO

7.1 .DA REUNIÃO QUE AUTORIZA A CAMPANHA ELEITORAL

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.



7.1.1 - Em reunião própria, a Comissão Especial Eleitoral deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente.

- a) Aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- b) Às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- c) À votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- d) À apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- e) À definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);
- f) À definição do número de cada candidato;
- g) Aos critérios de desempate;
- h) Aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140, da Lei nº 8.069/90;
- i) À data da posse.

7.1.2 - A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

7.1.3 - O candidato que não comparecer à reunião acorderá tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelos demais candidatos presentes.

7.1.4 - A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

7.1.5 - No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social e Trabalho e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

7.2 . DA CANDIDATURA

7.2.1 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

7.2.2- É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

7.3 . DOS VOTANTES

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



- a) Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município;
- b) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial (RG, CNH, Documento de Órgão de Classe/profissional, entre outros.) com foto;
- c) Cada eleitor deverá votar em apenas 03(três) candidatos;
- d) Não será permitido o voto por procuração.

7.4 . DA CAMPANHA ELEITORAL

- a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 7.1.5 deste Edital.
- b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;
- c) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.
- d) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CREAS/CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar.
- e) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- f) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 03 (três) candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;
- g) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;
- h) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste Edital aos organizadores;
- i) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este Edital.

7.4.1. DAS PROIBIÇÕES

- a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisetas, bonês e outros meios não previstos neste Edital;
- b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- b.1) entidade ou governo estrangeiro;
- b.2) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítába - BA.



- b.3) concessionário ou permissionário de serviço público;
 - b.4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, subvenção pública, em virtude de disposição legal;
 - b.5) entidade de utilidade pública;
 - b.6) entidade de classe ou sindical;
 - b.7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
 - b.8) entidades beneficentes e religiosas;
 - b.9) entidades esportivas;
 - b.10) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
 - b.11) organizações da sociedade civil de interesse público.
- c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;
 - d) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;
 - e) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 7.1.5;
 - f) É vedado ao membro do Conselho Tutelar em atividade promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
 - g) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
 - h) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo Poder Público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;
 - i) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
 - j) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

7.4.2. DAS PENALIDADES

- a) O candidato que não observar os termos deste Edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral;
- b) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Especial Eleitoral e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 02 (dois) dias do fato.

b.1) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítába - BA.



b.2) Considera-se prorrogado o dia inicial e final dos prazos previstos neste Edital, ao primeiro dia útil subsequente se a data inicial ou do seu vencimento coincidir em feriados ou finais de semana.

c) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

d) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Especial Eleitoral que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

7.5. DA VOTAÇÃO

7.5.1 - A votação ocorrerá no **dia 06/10/2019**, em local e horário definidos por edital da Comissão Especial Eleitoral, a ser amplamente divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

7.5.2 - A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia.

7.5.3 - Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.

- a) Às 17:00 horas do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;
- b) Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor, acompanhado de documento oficial (RG, CNH, Documento de Órgão de Classe/profissional, entre outros.) com foto;
- c) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
- d) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
- e) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar 01 (um) fiscal e 01 (um) suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;
- f) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Especial Eleitoral com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;
- g) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



7.5.4 - Será utilizado no processo o voto com cédula ou eletrônico.

7.5.5 - Será considerado inválido o voto:

- a) Cujas cédulas contenham mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) Cujas cédulas não estiverem rubricadas pelos membros da mesa de votação;
- c) Cujas cédulas não corresponderem ao modelo oficial;
- d) Em branco;
- e) Que tiverem o sigilo violado.

7.6. DA MESA DE VOTAÇÃO

7.6.1 - As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

7.6.2 - Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o casamento, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

7.6.3 - Compete à cada mesa de votação:

- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
- b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
- c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
- d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial Eleitoral.

7.7. DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

- a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral.
- b) A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.
- c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.
- d) O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 9.2 deste Edital.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



e) Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como membros do Conselho Tutelar titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

f) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

- I - Apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;
- II - Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;
- III - Residir a mais tempo no município;
- IV - Tiver maior idade.

8. DOS IMPEDIMENTOS

8.1 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

8.2 - Estende-se o impedimento do membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na respectiva Comarca.

8.3 - Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

9. DOS RECURSOS

9.1 – Será admitido recurso quanto:

- a) Ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;
- b) À aplicação e às questões da prova de conhecimento;
- c) Ao resultado da prova de conhecimento;
- d) À aplicação da avaliação psicológica;
- e) Ao resultado da avaliação psicológica;
- f) À eleição dos candidatos;
- g) Ao resultado final.

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, aplicação da avaliação

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



psicológica, publicação do resultado da avaliação psicológica, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

9.2.1 - O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

9.2.2 - Considera-se prorrogado o dia inicial e final dos prazos previstos neste Edital, ao primeiro dia útil subsequente se a data inicial ou do seu vencimento coincidir em feriados ou finais de semana.

9.3 - Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 9.1. deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

9.4 - Os recursos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Promoção Social e Trabalho – SEAST.

9.5 - O recurso interposto fora do respectivo prazo será protocolado, contudo, será de plano, inadmitido.

9.6 - Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do objeto recursal respectivo.

9.7 - Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.

9.8 - Quanto ao recurso referente ao item 9.1, letra “c” deve-se observar: Cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo anexo III.

9.9 - Cabe à Comissão Especial Eleitoral decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 02 (dois) dias.

9.9.1 - O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

9.9.2 - Considera-se prorrogado o dia inicial e final dos prazos previstos neste Edital, ao primeiro dia útil subsequente se a data inicial ou do seu vencimento coincidir em feriados ou finais de semana.

9.10 - Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.

9.11 - O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(es) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítába - BA.



9.12 - O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.13 - Na ocorrência do disposto nos itens 9.9 e 9.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

9.14 - Das decisões dos recursos será dado conhecimento aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e nas sedes do Conselho Tutelar e do CMDCA no endereço Ladeira Santo Antonio e na Secretaria Municipal de Promoção Social e Trabalho – SEAST, ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha

10. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

10.1 - Decididos os eventuais recursos, a Comissão Especial Eleitoral deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias.

10.2 - Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 03 (três) dias.

10.3 - Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.

10.4 - O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos membros do Conselho Tutelar eleitos em 10 de janeiro de 2019, data em que se encerra o mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício.

10.4.1 - A convocação dos membros do Conselho Tutelar eleitos para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado nos locais indicados no item 9.14 deste Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.4.2 - Os candidatos também serão pessoalmente convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.

10.4.3 - A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.

10.4.4 - O dia, a hora e o local da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite no mural da Prefeitura

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.6 - O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

10.7 - O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

10.8 - O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.

10.9 - Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

10.10 - No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

11.2 - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos membros do Conselho Tutelar ao término do mandato em curso.

11.3 - Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

11.4 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



(CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social –SEDES e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

11.5 - É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

11.6 - A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço Secretaria de Desenvolvimento Social –SEDES, Centro.

11.7 - Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Especial Eleitoral, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

11.8 - As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Especial Eleitoral.

11.9 - Todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.

11.10 - Todo o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Especial Eleitoral, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.

11.11 - Os membros do Conselho Tutelar eleitos como titulares e os seus suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.

11.12 - O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes indica os seguintes membros, titulares e suplentes para compor a Comissão Eleitoral encarregada da condução de todo o processo de escolha do Conselho Tutelar, atuando também na junção de junta apuradora na contagem e apuração dos votos.

TITULARES

Luzineide Soledade dos Santos
Adélia Aurea Mendes da Silveira
Maria das Graças Ferreira
Izabel Cristina Leal
Maria das Graças dos Santos
Juliana Silva Souza

SUPLENTES

Caio César Santos Sanatana
Luiane Mônica da Paixão Silva Braga
Lindinalva Alves Oliveira
Giorlan Santos Santana
Jorquéia Pereira Botelho
Luciana Costa

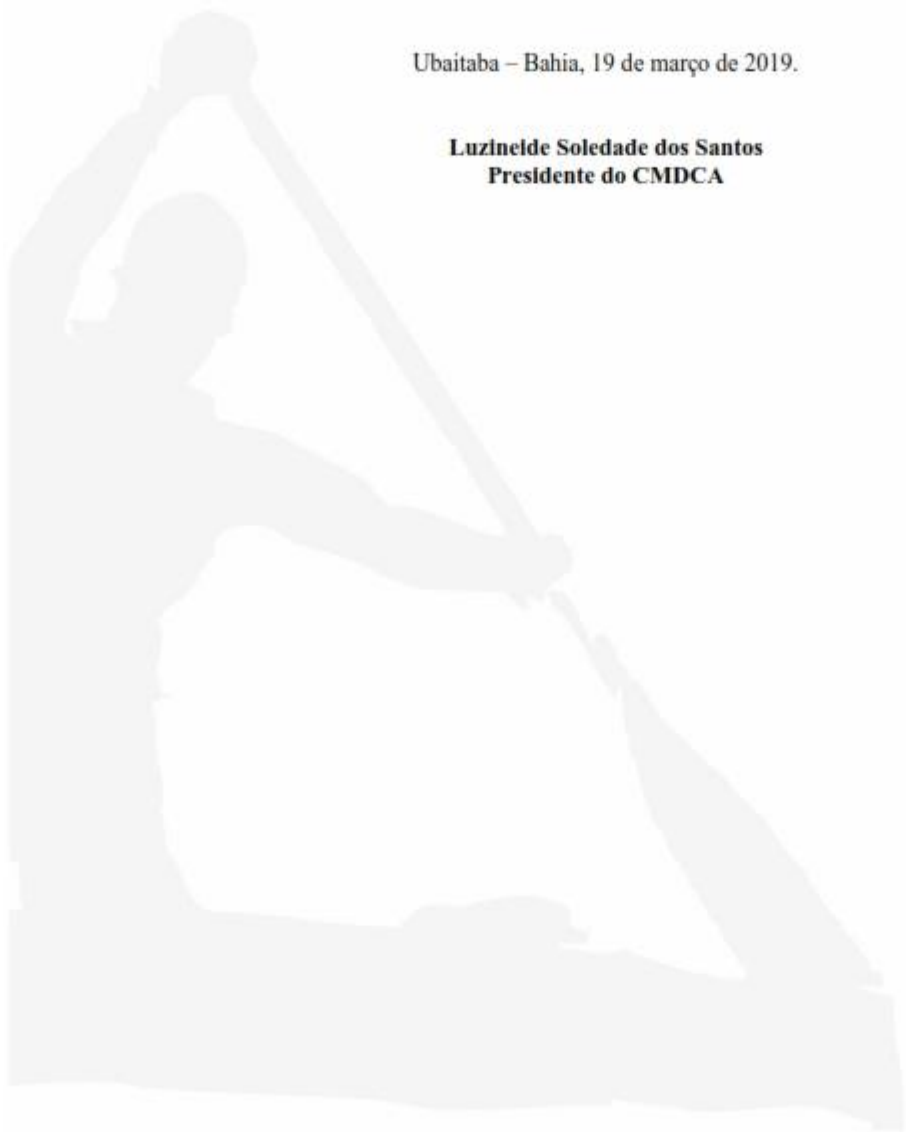
Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



11.13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ubaítá – Bahia, 19 de março de 2019.

Luzinelde Soledade dos Santos
Presidente do CMDCA



Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



EDITAL N.º 001/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ubaitaba - **CMDCA**, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções ns.º 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CONANDA**, e a Lei Municipal n.º. **1.147/2013**, que revoga as Leis Municipais n.º 875/93, 936/97 e 1.068/97 **TORNA PÚBLICO** a quem interessar possa, que se encontram aberta as **Inscrições**, para o **Processo de Escolha Unificado** para Membros do **Conselho Tutelar** para o quadriênio 2020/2024, no Período de 02 (dois) de abril a 30 (trinta) de abril de 2019 das 08:00 às 14:00 horas **No Colégio Antigo Osvaldo Cruz, s/n, Centro Ubaitaba – Ba.**, CEP: 45.545-000, mediante as condições estabelecidas neste Edital

1. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA:

1.1 - O cidadão que desejar candidatar-se à função de membro do Conselho Tutelar deverá atender as seguintes condições:

- I - Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral,
- II - Ter idade igual ou superior a vinte e um anos,;
- III - Residir no município há pelo menos 02(dois) anos,
- IV - Comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino Médio,
- V - Estar no gozo de seus direitos políticos,
- VI - Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);
- VII - Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.
- VIII - Comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da criança e do adolescente.

2. No ato da Inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos (originais e cópia):

- a) Cópia da Cédula da Identidade, Carteira Profissional acompanhada com o original ou carteira de órgão de classe (OAB, CRC, CRM, CRP E OUTROS)
- b) Comprovante de residência;
- c) Cópia do Título de Eleitor acompanhada com o original;
- d) Certidão Negativa de Crimes nas justiças Estadual e Federal;
- e) Certidão ou Certificado/Diploma de 2º Grau Completo ou equivalente;
- f) Certidão de Quitação Eleitoral e de que não exerce cargo eletivo;
- g) 02 fotos 3x4 recente (máximo 06 meses).
- h) Experiência comprovada com criança e Adolescente no mínimo 02(dois) anos com firma reconhecida

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.



i) Os documentos apresentados devem ser comprovados, através de: Ata de Fundação da Igreja, Posse do Pastor, contracheques, ou outros documentos.

3. Não poderão se inscrever como candidato para membro do conselho tutelar.

- a) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
- b) Ascendente e descendentes;
- c) Sogro e Genro ou Nora;
- d) Irmãos, cunhados durante o cunhado, tio, tia, sobrinho e sobrinha;
- e) Padrasto ou Madrasta e Enteada;

4. Os candidatos devidamente inscritos serão submetidos a uma prova de caráter eliminatório, que versará sobre conhecimentos específicos a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, instituído pela Lei.8.069/90 e Suas posteriores alterações, será realizada no dia 10 de Julho de 2019, das 8:00 às 10:00 horas, no Centro Educacional Ubaítábense

4.1 - Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem a média igual ou superior a **6,0 (seis)** na prova de conhecimentos específicos.

4.2 - Os candidatos aprovados na primeira fase serão submetidos à avaliação psicológica, de caráter eliminatório, a ser realizada no dia 21 de julho de 2019.

4.3 - Todos os candidatos aprovados na segunda fase poderão concorrer ao pleito que ocorrerá em data Unificada Nacionalmente dia 06 de Outubro de 2019. Em horário a ser divulgado em edital pelo CMDCA.

5. A remuneração mensal do Conselheiro Tutelar é de dois salários mínimos vigentes.

6. Maiores informações e Resolução do CMDCA/Ubaítába sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Promoção Social e Trabalho - SEAST, no horário normal de expediente, de segunda a sexta-feira.

Ubaítába, 22 de março de 2019.

Luzinelde Soledade dos Santos
Presidente do CMDCA

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítába - BA.



ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À
Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Município de Ubaítá –
BA

Eu _____,

conhecido(a) como (apelido) _____, portador(a) da
identidade n.º _____,

expedida pelo _____, em _____, brasileiro(a), estado

civil _____, profissão _____, residente e

domiciliado à _____,
n.º _____,

complemento _____, bairro _____, Tels. (fixo) _____

_____ (celular) _____, na cidade de Ubaítá, e-mail

venho requerer a Vossa Senhoria que se digne conceder minha inscrição como candidato(a) à
Conselheiro (a) Tutelar no Município de Ubaítá- BA na forma da Lei Federal 8.069/90, combinado
com a Lei Municipal 1.147/2013 e Edital 001/2019 – CMDCA e, para tal, anexo a documentação
necessária, abaixo relacionada, declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação vigente.

Documentos Comprobatórios:

- () 1 - cédula de identidade ou documento oficial com foto;
- () 2 fotos 3x4 recente (máximo 06 meses)
- () Cópia do Título de Eleitor acompanhada com o original.
- () Certidão de Quitação Eleitoral e de que não exerce cargo eletivo
- () comprovação de residência;
- () comprovação de experiência na área da Criança e do Adolescente, conforme Edital n.º 001/2019 e Resolução n.º 001/2019 do CMDCA, com firma reconhecida do declarante;
- () certificado ou declaração de conclusão de ensino médio ou curso técnico equivalente, com firma reconhecida do declarante;
- () Certidão Negativa de Crimes nas justiças Estadual e Federal;

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro - CEP: 45.545-000 - CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAITABA - BA

Terça-feira
26 de Março de 2019
Ano III – N° 41



() Os documentos para comprovação na área da Criança e do Adolescente, conforme edital 001/2019 do CMDCA, devem ser comprovados, através de: Ata de Fundação da Igreja, Posse do Pastor, contracheques ou outros documentos, conforme item 1.1, inciso VIII e item 2, alínea h, todos do edital.

Ubaítá - Bahia, de de 2019.

Assinatura do Requerente

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro - CEP: 45.545-000 - CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



ANEXO II Cronograma de Eventos

Período de Inscrição	02/04 a 30/04/2019
Análise de Pedidos de registro de candidatura	06 a 16/05/2019
Publicação da Relação dos candidatos inscritos	Até 22/05/2019
Impugnação de candidatura	22/05 a 27/05 2019
Notificação dos candidatos impugnados quanto ao prazo para defesa	29/05 a 04/05
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	05 a 10/06/2019
Análise e decisão dos pedidos de impugnação	Até 17/06/2019
Interposição de recurso	15 a 19/06/2019
Análise e decisão dos recursos	01/07 a /03/07/2019
PROVA OBJETIVA/PROVA DISCURSIVA/REDAÇÃO	10/07/2019
Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas	12/07/2019
Interposição de Recursos contra as questões das Provas	Até 14/07/2019
Resultado dos Recursos contra as questões das Provas	16/07/2019
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	21/07/2019
Divulgação dos candidatos aptos	25/07/2019
Interposição dos recursos	Até 28/07/2019
Resultado dos recursos	31/07/2019
Divulgação/Publicação dos candidatos habilitados	02/07/2019
Reunião com os candidatos habilitados	Até 21/08/2019
Solicitação de Urnas Eletrônicas	Até 10/09/2019
Seleção das pessoas que trabalharão nas eleições	Até 13/09/2019
Reunião de orientação aos Mesários	Até 18/09/2019
Solicitação de apoio da Polícia Militar e Polícia Civil	Até 19/09/2019
Confecção de cédulas (última hipótese)	Até 05 dias antes do pleito
Divulgação dos Locais de Votação	Até 23/09/2019
Eleição dos Membros do Conselho	06 de outubro de 2019
Publicação Resultado da Eleição	06 de outubro de 2019
Resultado Final do Processo de Eleição Conselho Tutelar	Até 08 de outubro 2019
Posse Conselheiros Tutelares	10 de janeiro de 2020

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaítá - BA.



ANEXO III

Requerimento para Recurso

Candidato: _____

Nº. do Documento de Identidade: _____

Nº. de Inscrição: _____

Nº. da Questão da prova: _____ (apenas para recursos sobre o item 9.1 "c")

Fundamentação: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.



ANEXO IV

Comprovante de Inscrição

Candidato: _____

Nº. do Documento de Identidade: _____

Nº. de Inscrição: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Rua Rafael Oliveira, 01 - Centro • CEP: 45.545-000 • CNPJ: 016137309/0001-68
Ubaitaba - BA.